FRONTEIRAS E MOBILIDADE HUMANA: UMA QUESTÃO DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA?

DOI: 10.4025/revpercurso.v8i1.31664

Margarete Frasson

Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia
marga.sti@hotmail.com

Alexandre Luís Ponce Martins

Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia
poncemartins@hotmail.com

RESUMO: As fronteiras apresentam-se ao capital como expressão de integração e ao migrante, como limite. Trata-se, de fato, de vários tipos de limites, estando estes marcados pelas novas formas de exploração e de exclusão, resultantes das relações imperialistas na política de expansão do capital. O trabalho apresenta como objetivo principal compreender a mobilidade humana na contemporaneidade, mobilidade delineada pela flexibilização do processo produtivo em nível mundial no final do século XX e início do século XXI. A metodologia de estudo utilizada se baseia em levantamento bibliográfico acompanhado de revisão teórico-conceitual. Aplica-se, como categoria de análise, a relação dos conceitos mobilidade, imperialismo e fronteira. O estudo, ao evidenciar as fronteiras, às quais o migrante se expõe no percurso da travessia para atingir a fronteira política do país de destino, e as criadas pelos desafios jurídicos, revela duas condições: a de *cidadão de segunda classe* e a de *não cidadão*, no processo de mobilidade humana, como uma das estratégias das relações imperialistas para a reprodução do capital.

Palavras-chave: Fronteira; Imperialismo; Mobilidade humana.

FRONTIERS AND HUMAN MOBILITY: IS IT A QUESTION OF IMPERIALIST DOMINATION?

ABSTRACT: The frontiers are presented to capital as an integration expression and to the migrant, as a limit. It deals, in fact, of various types of limits, and these are marked by new forms of exploitation and exclusion, resulting from imperialist relations in capital expansion politics. The text, now summarized here, presents as main objective to understand human mobility in contemporary society, mobility delineated by the production process flexibility at the global level in the late twentieth century and early twenty-first century. The study methodology is based on literature followed by theoretical-conceptual review. It applies, as a category of analysis, the concept firm in respect of the mobility, imperialism and frontier terms. This study evidences

frontiers to which the migrant is exposed during the crossing route to achieve the political frontier of the destination country, and created by legal challenges, it shows two conditions: the second-class citizen and the noncitizen in the process of human mobility as a strategy of imperialist relations for the capital reproduction.

Key-words: Frontier; Imperialism; Human mobility.

1 INTRODUÇÃO

O período do final do século XX e do início do século XXI apresenta fronteiras no espaço compreendidas pelo capital como expressão de integração e pelo migrante como limites de várias ordens. Essas fronteiras se originam no atual processo de relações imperialistas, processo esse marcado pelas novas formas de exploração e de exclusão na política de expansão do capital.

Neste artigo, o diálogo com vários teóricos críticos, permeado por diferentes conteúdos, ao utilizar como categoria de análise a relação dos conceitos *mobilidade*, *imperialismo* e *fronteira*, permite evidenciar as fronteiras a que o migrante se expõe no percurso da travessia para atingir a fronteira política do país de destino, em especial as fronteiras criadas pelas instâncias jurídicas, que irão permitir no máximo uma “cidadania de segunda classe” ou uma convivência de “não cidadão”, salvo raras exceções.

As análises desenvolvidas nesse artigo são resultantes dos estudos realizados junto ao Núcleo de Estudos Mobilidade e Mobilização (NEMO), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Paraná (UEM), e da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PPG-UEM). Na primeira parte do texto argumentamos porque não se pode pensar a mobilidade humana de forma fragmentada, pois a globalização praticada pela lógica do mercado de capitais e de mercadorias, produz uma globalização impelida pela pressão dos trabalhadores, que veem na mobilidade uma possibilidade de inserir-se no mundo do trabalho criado pela recente dinâmica global.

Na segunda parte contemplamos o debate sobre a mobilidade humana considerada como fronteiras vividas pelos imigrantes no contexto do atual processo imperialista. Esse processo constitui a lógica objetiva e subjetiva de dominação e poder, e se utiliza das fronteiras como táticas para continuar a dinâmica da acumulação capitalista. A análise da realidade vivida pelo

migrante e as diversas interfaces determinadas pelas redes que se estabelecem por meio da porosidade das fronteiras ao capital, e de sua impermeabilidade ao sujeito, à luz do referencial teórico, revela a ação das instituições internacionais (grandes corporações, organismos internacionais e os Estados nacionais) como produtores de uma estrutura responsável pelo aparecimento do “cidadão de segunda classe” e do “não cidadão”.

Na terceira parte apresentamos os textos jurídicos que tratam da mobilidade. São textos que evidenciam que o contexto da mobilidade humana atual se apresenta como pretexto de uma política hegemônica em que o capital se tornou “guloso” ao extremo. O Estado “[...] se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante” (SANTOS, 2008b, p. 66).

Então, a economia e a política são elementos importantes na explicação da dinâmica da população. As regiões com oportunidade de trabalho empregam população por meio da migração. Ocorre, no entanto, que, no processo de flexibilização produtiva, os imigrantes constituem uma força de trabalho móvel e que, portanto, pode ser deslocada de acordo com as necessidades e mesmo devolvida à origem, sem conflitos nem despesas. Ao mesmo tempo, por consequência das medidas estruturais adotadas pela política econômica imperialista, as imigrações passaram à categoria de problema social.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: MOBILIDADE, IMPERIALISMO E FRONTEIRA

As fronteiras, no final do século XX e início do XXI, ganham nova retórica. Trata-se de uma retórica em que se tornou dominante o conceito de “a ausência de fronteiras”. Ocorre, no entanto, que os fatores econômicos, políticos e jurídicos em relação à mobilidade humana, ou seja, as movimentações internacionais das pessoas continuam com as velhas práticas conhecidas no período da guerra fria. Segundo Silva, “[...] do ponto de vista da geopolítica elas se transformam num lugar, não só de defesa de um possível inimigo, mas também de ataque, onde os interesses nacionais passam a ser uma questão de ‘Segurança Nacional’” (SILVA, 2015, p. 120-121). Isso assim é pelo poder do Estado ao representar o interesse político sob a hegemonia de uma de suas frações de classe, atualmente, o capital monopolista (POULANTZAS, 2000).

Todavia, fronteira não é tão somente o que separa ou limita, mas também o que permite o reconhecimento e o encontro com o outro. Para Silva (2015), a fronteira é lugar de passagem de pessoas e de intercâmbio de bens materiais e simbólicos. Para ele, as fronteiras nacionais podem ter distintos sentidos, dependendo da expectativa de quem as atravessa, seja na condição de turista ou como morador de alguma cidade fronteiriça. As fronteiras, porém, também se transformam na condição de periferia em relação aos centros de decisão e de desenvolvimento do país. Por outro lado, uma fronteira demarca a abrangência e a forma como as relações de troca entre populações passam a se constituir. Entretanto, o caráter relacional da fronteira é anulado pela ideia de barreira na medida em que esta se estabelece, por estruturas unilaterais, cujo objetivo é impedir a passagem de pessoas. Sob o mesmo ponto de vista, é como se a fronteira fosse apenas “nós” e não “nós e eles”.

Na expectativa de apenas “nós”, Foucher (2009) assegura que, desde 1991, nunca se negociou, delimitou, demarcou, caracterizou, equipou, vigiou e patrulhou tanto as áreas de fronteira. Nesse sentido, Bourdieu (1989) afirma que as fronteiras são produtos de atos jurídicos artificiais e de disputas de poder. Nessa disputa, a fronteira instalou-se no centro do espaço político (MEZZADRA, 2015). Essas linhas de contenção colocam em evidência a produção de “pessoas rejeitadas”. Trata-se de uma disfunção gritante e potencialmente explosiva da economia capitalista no processo de relação imperialista¹ atual, pois, constituindo-se os movimentos migratórios como estruturais no país de origem do migrante, eles passam da exploração para a exclusão (BAUMAN, 2005). Assim, vive-se um fenômeno mundial de aumento do volume de pobreza, miséria e humilhação.

Com as descobertas imperiais dos séculos passados, esse fenômeno se espalhou pelo mundo por ação dos descobridores. São esses descobridores que trouxeram e trazem consigo a ideia de os outros — os descobertos — são inferiores. Então legitimam essa postura e aprofundam a diferença entre uns e outros (SANTOS, 2007). O que é descoberto está longe, abaixo e nas margens, e essa localização justifica as relações de inferiorização entre os descobridores e os

¹ O imperialismo, que, de acordo com Pedreira (2015), baseado nos estudos de Luxemburgo, Hobson, Hilferding, Lênin e Bukharin, seria uma forma de se exportar capitais para locais nos quais o lucro seria maior, locais estes que se expandem além das fronteiras nacionais, atinge África, Ásia, Oceania, América Latina, entre outras localidades.

descobertos após a descoberta. Nessa relação, o descobridor, ou o que apresenta estratégias hegemônicas de dominação, procura estabelecer fronteiras entre “nós” e “eles”. Essas fronteiras se estabelecem pela produção da inferioridade. Para tanto, são utilizadas, pelas relações imperialistas, estratégias como:

[...] a guerra, a escravatura, o genocídio, o racismo, a desqualificação, a transformação do outro em objeto ou recurso natural e uma vasta sucessão de mecanismos de *imposição econômica* (tributação, colonialismo, neocolonialismo, e, por último, globalização neoliberal), de *imposição política* (cruzadas, império, estado colonial ditadura e, por último, democracia) e de *imposição cultural* (epistemicídio, missionação, assimilacionismo e, por último, indústrias culturais e cultura de massas). (SANTOS 2007, p. 1, grifos nossos).

No contexto atual ainda se estabelecem agentes internos e externos ao Estado (classe hegemônica), que, ao partilharem dos mesmos interesses, se utilizavam dos aparelhos do próprio Estado para reproduzir o capital, bem como do mercado global, como fonte maior de lucro. A lógica territorial a partir desse aspecto não possui o mesmo protagonismo do século XIX e início do XX.

Para sustentar a manutenção da acumulação de capital e a hegemonia, os Estados têm de se manter em constante expansão e o crescimento é almejado a fim de não perder o poder que os coloca em vantagem de troca com as demais nações, ou seja, a manutenção de poder permite que continuem acumulando capital perversamente, não mais por meio de anexações territoriais, mas, sim, por meio de um aparelhamento econômico internacional a partir de órgãos financeiros, instituições que trabalham em conjunto para garantir o fortalecimento do mundo capitalista (HARVEY, 2013).

Na década de 1990 se instituiu certa estabilização entre as duas forças de imposição econômica, a globalização e a integração. Agora, tudo se mundializa: “[...] a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura” (SANTOS, 2006, p. 90). Quando, no entanto, adentramos o século XXI, revela-se que nada disso é seguro, pois não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações.

Diante disso, explode uma onda migratória (BECKER, 2010). Os fluxos partem dos espaços compreendidos como subordinados para os espaços de onde, no processo de subordinação imperial, emana o poder. Isso evidencia que o ato da descoberta é recíproco, pois quem descobre também é descoberto (SANTOS, 2007). Assim, “A globalização ‘vinda de cima’, exercitada pela lógica do mercado de capitais e de mercadorias, produz uma globalização ‘vinda de baixo’, impulsionada pela maior pressão dos trabalhadores que veem na mobilidade uma possibilidade” (MAZZA, 2015, p. 241). Assim, portanto, não se pode pensar a mobilidade humana de forma fragmentada.

A atual conjuntura geopolítica mundial, portanto, faz emergir um novo imperialismo e esse processo exerce influência em âmbito global em processo de mão dupla. Becker (2000) chama a atenção para essa influência internacional. Neste estudo, então, o entendimento se refere ao âmbito da influência imperialista sobre os territórios de países não desenvolvidos, territórios de onde emanam os contingentes migratórios atuais.

Ainda de acordo com Becker (2000), sob o comando dos agentes econômicos e financeiros internacionais incidem zoneamentos² em escala global. Isso tem onerado, em nível nacional e local, a configuração de espaços selecionados, introduzindo intensas distinções nos territórios nacionais e afetando o poder dos Estados, que perdem o controle do processo produtivo. Em decorrência, destacam-se transformações³ significativas nos territórios, em um esforço das diferentes escalas – do nacional ao local –, para a inserção nessa dinâmica hegemônica imperialista global. Então esse esforço constitui novas configurações no espaço, instaurando um fator estrutural para os movimentos migratórios de mobilidade humana neste milênio.

Por conseguinte, a economia e a política são fatores poderosos na explicação da dinâmica da população. As regiões economicamente ativas empregam população através de migração pela maior oferta de oportunidade de trabalho (BECKER, 2010). Em contrapartida, os imigrantes constituem uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo, segundo a conjuntura, e que pode ser devolvida à

² Centros de inovações tecnológicas, áreas desindustrializadas, áreas de difusão da indústria, agroindústria convencionais, áreas a serem preservadas.

³ Políticas, econômicas, sociais.

procedência sem tensões nem gastos sociais importantes (GAUDEMAR, 1977). Paralelamente a isso, nas últimas décadas têm ocorrido as migrações sem a certeza de trabalho. Então, por consequência, as imigrações passaram à categoria de problema social (MÁRMORA, 2003).

Dessa maneira, a fronteira geopolítica exerce funções essenciais junto aos Estados nacionais. A escolha de quem pode entrar e de quem não pode entrar no território nacional é avaliada como prerrogativa soberana. Acontece que, ao lado dela, há outras linhas de limite, tanto ou mais contundentes, desde os limites urbanos, às fronteiras de *status*, até as chamadas zonas econômicas especiais, citadas anteriormente, formadas dentro dos espaços dominados e que contribuem na formação dos problemas estruturais do país de origem do migrante. Nesse sentido, as diferentes fronteiras

[...] devem ser criticamente analisadas para entender como elas se sobrepõem, se conectam e entram, inclusive, em choque umas com as outras de maneiras muitas vezes imprevisíveis, ajudando a moldar novas formas de dominação e exploração [-] e a utilização do termo “exploração” neste contexto, sublinha a necessidade de conjugar a crítica política e jurídica com uma crítica da economia política das fronteiras [...]. (MEZZADRA, 2015, p. 20).

Se a fronteira for investigada sob os mais diferentes enfoques, ela pode revelar muitos pontos que a atual política econômica oculta em suas relações e inter-relações no espaço. Isso permite considerar as fronteiras como instituições sociais complexas, marcadas por articulações que se situam entre práticas de fortalecimento e práticas de atravessamento, práticas essas que visam atender aos interesses nacionais, notadamente aos de seus mercados de trabalho (MEZZADRA, 2015). Nesse sistema regulatório, “[...] é clara a objetificação dos seres humanos, sem voz na construção das políticas migratórias” (BARALDI, 2014, p. 23). A complexidade desses processos carece de fundamentos teóricos com capacidade explicativa. Conforme Mezzadra:

Assumir essa interpenetração entre sujeição e subjetivação como eixo central, do ponto de vista teórico, e analisar os diferentes graus de suas combinações no âmbito de específicas experiências migratórias significa colocar-se dentro de uma estrutura bastante diferente daquela construída ao redor da referência privilegiada à distinção entre migração “forçada” e “voluntária”. Trata-se de um modelo teórico que permite, por exemplo, trazer à luz práticas subjetivas de negociação e contestação de específicas relações de poder [...]. (2015, p. 13).

As práticas subjetivas de negociação e de contestação vão além da compreensão da recente geopolítica. Para Becker (2000), a logística encontra-se sob uma nova racionalidade, permeada pelas mudanças produzidas pela revolução científico-tecnológica, que vai dar uma nova configuração territorial ao espaço ao constituí-lo por redes⁴. Mesmo assim, no entanto, "A rede não substitui nem os territórios, nem os lugares: ela se insere, acentua as polarizações, as interconexões" (MUSSO, 2004, p. 256 apud SANTOS, 2006, p. 227). Para esse mesmo autor, a rede provoca uma criação paralela da ordem e da desordem no território, pois ela o integra e o desintegra ao mesmo tempo e destrói velhos recortes espaciais, logo criando outros.

Considera-se, nessa lógica objetiva e subjetiva do poder, em seu processo de relações imperialistas que se utilizam das fronteiras como estratégias para continuar seu processo de acumulação capitalista, que a mobilidade humana atual possa ser revelada. Isso é possível numa leitura dialógica entre a realidade vivida pelo migrante e as diferentes interconexões produzidas pelas redes através da porosidade das fronteiras, ao capital e de sua impermeabilidade ao sujeito. Torna-se também indispensável trazer à tona as diferentes formas de contradições dessas relações, como, por exemplo, o papel das instituições globais, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza (SANTOS, 2008).

Assim, apreende-se que a maneira como estão dispostas as geometrias do poder, ao consentirem às redes conectarem os capitalistas aos maiores centros econômicos do mundo e propiciarem o movimento da elite planetária e de seus capitais e produtos, também originam conjuntos de pessoas sem condições de atenderem a suas necessidades básicas diárias, levando-os a buscar, como último recurso, a migração. Esse sistema, o capitalista, não desenvolve a riqueza senão produzindo e reproduzindo o seu contrário, isto é, a miséria (LÖWY, 1996). Nessa lógica, os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos (SANTOS, 2008), ou seja, os

⁴ Conjunto de lugares da superfície terrestre interligados ou integrados entre si. Essas vinculações podem ser materiais, digitais e culturais, além de abarcar o fluxo de informações, mercadorias, conhecimentos, valores culturais e morais, entre outros (PENA, 2016).

pobres são considerados desprezíveis tanto como trabalhadores, quanto como consumidores (HAESBAERT, 2000).

Então, os Estados nacionais fecham suas fronteiras a esses sujeitos, fazendo-o como forma de defesa diante da ameaça de um processo que pode comprometer a organização territorial dos países centrais e, desta feita, podem desestabilizar os interesses da fração hegemônica que coordena o mercado nacional e internacional. Nesse cenário, de acordo com Santos (2008), o território dos países periféricos constitui-se, atualmente, em território nacional da economia internacional, numa realidade em que a pobreza é a pobreza nacional da ordem internacional. Isso ocorre em virtude de a fronteira revelar-se como subterfúgio e expediente político do poder em função das relações imperialistas dominantes no cenário internacional.

3 O PROCESSO DE MOBILIDADE: FRONTEIRAS VIVIDAS PELOS IMIGRANTES NO CONTEXTO DO ATUAL PROCESSO IMPERIALISTA

O mundo conectado pelas redes de informação e pelas facilidades de locomoção permite o deslocamento de pessoas no espaço físico. Então, o processo de atravessar fronteiras nacionais tornou-se uma ação comum. Esse fato, a partir dos anos de 1990, passou a ser designado de migrações transnacionais, e nessa realidade “[...] o atual Estado neoliberal estabelece políticas de desobrigação, de não intervenção, daí o setor privado amplifica sua ação, que incide conseqüentemente na mobilidade humana” (ROCHA, 1998, p. 24). Ainda de acordo com Rocha (1998), a mobilidade humana se delinea a partir de três ordens, sendo (i) a mobilidade física⁵, (ii) a mobilidade social⁶ e (iii) a mobilidade centrada no trabalho⁷.

⁵ A mobilidade física é subdividida em macromobilidade física e micromobilidade física. A primeira se caracteriza por movimentos entre sujeitos em grande escala, isto é, escala internacional, nacional, estadual e municipal; este tipo de deslocamento não considera a dimensão do cotidiano, pois são fluxos demográficos. A micromobilidade abrange o cotidiano, como deslocamentos para trabalho, escola, compras, entre outros (ROCHA, 1998).

⁶ A mobilidade social se refere à mudança estrutural dentro das classes sociais. É um movimento vertical não concreto espacialmente, mas refletivo conseqüentemente na territorialização do espaço. Esse tipo de mobilidade é abordada comumente a partir das ciências sociais, contudo não deixa de ser objeto de estudo da geografia, pois suas conseqüências se materializam no espaço geográfico (ROCHA, 1998).

⁷ A mobilidade centrada no trabalho se refere ao movimento populacional incentivado por interesses econômicos do capitalismo, interesses que incentivam, mesmo que de forma inconsciente, o deslocamento de pessoas em função de trabalho (ROCHA, 1998).

As ações que ocorrem no processo da mobilidade, ao estarem relacionadas ao capital, tendem a “[...] subjugar todas as esferas que podem contribuir para a sua valorização e, portanto, a destruir todas as esferas *concorrentes*, a monopolizar toda a esfera produtora ou realizadora de mercadorias” (GAUDEMAR, 1977, p. 13 grifo do autor). Por conseguinte, esse fenômeno, ao se utilizar das pessoas como instrumentos servíveis a esse processo, faz com que a mobilização atinja as pessoas de maneiras diferentes, sejam crianças, jovens, adultos e idosos; sejam homens e mulheres; sejam pessoas documentadas e não documentadas; sejam pessoas com condições financeiras ou aquelas com poucos recursos.

Os dados quantitativos revelam o volume planetário do acontecimento (MAZZA, 2015). Segundo a Organização Internacional para as Migrações, o número de migrantes internacionais em todo mundo é de 232 milhões de pessoas em 2013. Uma em cada 33 pessoas é um migrante. Esse fenômeno, se visto pela “[...] função fiscal, assegura rendimentos ao Estado por meio de recolhimento de taxas [...] e emissão de vistos para a circulação de pessoas” (FOUCHER, 2009, p. 23). São deslocamentos também considerados qualificados nos sentidos sociais, econômicos, políticos, culturais, mediados pela língua e pela religião.

Há, porém, os que dispõem de fraca qualificação. São os “[...] imigrados [que] permitem às empresas explorá-los ao máximo⁸ [...]” (GAUDEMAR, 1977, p. 27). A estadia tolerada ao imigrante está vinculada ao trabalho, única razão jurídica de ser que lhe é reconhecida pela lógica econômica da sociedade receptora. As novas formas migratórias representam uma organização e uma desorganização da força de trabalho orquestrada pelos ditames do mundo produtivo. Os dois processos de globalização — a ‘vinda de cima’ e a ‘vinda de baixo’ — instituem zonas de conflito.

Devido a isso, por exemplo, alcançar as entradas terrestres para o continente europeu localizadas em Ceuta e em Melilla, por subsaarianos⁹, constitui em transpor inúmeras fronteiras (OLIVEIRA, 2015). Muitos realizam a rota pelo deserto, atravessando milhares de quilômetros de paisagem árida para chegarem ao Norte da África, na fronteira entre Marrocos e Espanha. Outros buscam a travessia pelo mar ou escondidos dentro de veículos. Sofrem toda sorte de abusos praticados pelas máfias que fazem tráfico de pessoas. Há os que morrem ao longo da

⁸ Salários baixos, horários frequentemente prolongados, ritmo de trabalho muito intenso.

⁹ Migrantes de Mali, Senegal, Congo, Costa do Marfim, República dos Camarões, Gâmbia, Guiné, Guiné Bissau, Chade, República Centro-Africana e Nigéria.

travessia, os que alcançam o final da rota, suportam o rigor e as armadilhas impostas pelas intempéries climáticas, chegam esgotados, com doenças respiratórias e de pele, após viagens que duram em média seis meses, até alcançarem as cercas¹⁰. Diante desse retrato, considera-se que “o motor do movimento histórico não é a razão, mas a prática social” (LEFEBVRE, 1995, p. 22). Nessa prática social, criada pela lógica econômica atual, o que se apresenta como uma das inúmeras possibilidades de escolha para alguns é sonho impossível para a maioria.

Oliveira (2015), ao estudar o caso dos haitianos, revela que sua entrada no Brasil pelas fronteiras amazônicas não constitui uma “opção” a mais. Por essa rota, além dos gastos com a passagem, é preciso enfrentar a intimidação e, em alguns casos, a violência de agentes policiais que atuam nas fronteiras do Peru e do Equador, tirando dos haitianos dinheiro e objetos pessoais. Tal rota acabou se consolidando em razão das dificuldades e pela demora na obtenção do visto na embaixada brasileira de Porto Príncipe. Em razão da urgência que milhares de haitianos têm para conseguir um trabalho e enviar recursos para seus familiares, a rota amazônica, apesar de suas variações ao longo do tempo, em razão de medidas de controle emitidas pelos países de trânsito, e a solicitação da condição de refugiado, passaram a ser uma alternativa.

Dessa maneira, “[...] as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (CERTEAU, 2008, p. 101-102, grifos do autor). Segundo Silva e Oliveira (2015), alguns chegam munidos de documentos, indicações e provisões que geram seu acesso além-fronteira, considerado pelo sistema como “migrante ideal” por trazer recursos e não fazer uso, em tese, dos serviços prestados pelo Estado. Outros ficam em filas nas aduanas, nas repartições das instituições de controle e aguardando permissão de ingresso onde passam horas, dias, meses e até anos à espera da autorização para entrar. Os contrabandistas viram no transporte de migrantes, também da região amazônica, uma forma rápida de ganhar dinheiro.

¹⁰ Um sistema de cerca de alta tecnologia, em duas camadas, incluindo o arame farpado, com 12 quilômetros de extensão e seis metros de altura, em Melilla, e 8,6 quilômetros em Ceuta, barreiras colocadas pelo governo espanhol e financiadas pela União Europeia.

Ao estudarem a migração haitiana ao Brasil pela rota amazônica, Silva e Oliveira (2015) relataram a história de vida de uma migrante haitiana, história que ilustra situações muito similares em outras fronteiras, que atinge mulheres ao migrarem sozinhas:

O marido pagou o seu traslado diretamente a um encarregado dos contrabandistas. A viagem até Brasília teve inúmeros percalços e durou exatos 67 dias. Dentre as diversas situações pelas quais passou, incluindo fome e humilhação, sofreu abuso sexual por diversas vezes e por homens diferentes. Em Brasília, procurou o abrigo da secretaria de assistência social onde já se encontravam cerca de oitocentos haitianos à espera de atendimento no posto improvisado da Polícia Federal para solicitar o visto humanitário. Deram-lhe uma senha para aguardar na fila de espera. Os dias foram passando e nada de chegar a sua vez. Quando completou dois meses de espera, percebeu que havia ficado grávida durante a viagem. Não tinha nem ideia de quem seria o pai porque fora abusada por vários coiotes que lhe exigiam favores sexuais para continuar a viagem. Sem recursos, sem o visto de entrada, grávida e sem condições de seguir em busca do marido, entrou em desespero. Conta que procurou uma assistente social e lhe explicou a situação. A funcionária ficou preocupada e tratou de agilizar a sua documentação porque as condições do abrigo eram muito precárias para uma grávida. Depois a ajudaram com a passagem para Manaus para encontrar o marido. Logo que chegou, o localizou, explicou a sua situação e contou-lhe da gravidez de quase quatro meses. Tinha esperança que ele a entendesse e aceitasse a situação. Para sua surpresa a rechaçou imediatamente e tratou de providenciar sua viagem para São Paulo abandonando-a à própria sorte em Manaus (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 162).

Quando os migrantes planejam o trajeto e as condições da viagem migratória, “[...] por ser um não-lugar, uma utopia, criam um espaço diferente, que coexiste com aquele de uma experiência sem ilusões” (CERTEAU, 2008, p. 78). Ante o quadro da situação narrada, constata-se que os migrantes não documentados se submetem à intermediação de *coyotes* e aos mais diversos tipos de abusos e violações para ultrapassar a fronteira, e chegam ao ponto limite — a corrosão da dignidade humana. Isso reflete que “[...] o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados” (BAUMAN, 2005, p. 18-19). Essa fragilidade se acentua em área de fronteira, pois “[...] é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico” (MARTINS, 2009, p. 11). Corrobora-se que a migração atinge, então, de formas diferentes, a homens e a mulheres.

A vulnerabilidade encontra-se presente nas rotas adotadas por esses migrantes: da submissão à exploração e à violência, além de riscos à saúde e à integridade física, que podem inclusive levar à morte (OLIVEIRA, 2015). No caso dos subsaarianos, acrescentem-se as barreiras físicas, na forma de cercas. Quanto aos haitianos na rota amazônica, ao chegarem no Brasil, são colocados em locais sem a mínima condição de abrigá-los, seja do ponto de vista da simples comodidade, seja do ponto de vista sanitário. Considera-se a migração haitiana e a subsaariana serem fluxos compostos por vítimas de sistemas que produzem exclusão e exploração, malefícios que, nos casos desses migrantes, se amplificam pelos componentes da discriminação e do racismo.

De acordo com Gaudemar (1977, p. 28), a “[...] discriminação social e política que se encontra em todos os aspectos da vida dos imigrados (trabalho, alojamento, saúde, tempos livres...) implica grandes dificuldades para a organização e luta dos trabalhadores imigrados [...]”. Nessa lógica, Raffestin (2011, p. 119) destaca que “[...] as coisas se passam como se fronteiras invisíveis fossem traçadas [...]” em torno desses grupos de imigrados.

O papel do Estado diante desses movimentos “[...] não deriva de sua racionalidade intrínseca como entidade ‘exterior’ às classes dominadas. Ele está igualmente inscrito na ossatura organizacional do Estado como condensação material de uma relação de forças entre classes” (POULANTZAS, 2000, p. 143). Por esse ângulo, a migração que ocorre no continente americano para os Estados Unidos revela esse papel do Estado nacional na vida dos imigrantes.

Nos últimos anos, o governo de Barack Obama criou medidas para fortalecer a fronteira norte-mexicana, aumentou o orçamento para a Patrulha da Fronteira, construiu muros físicos e virtuais, assim como adotou a utilização de aviões não tripulados — *drones* (SOLÍS; AGUILAR, 2015). No sul do país, os Estados Unidos aumentaram o controle dos pontos denominados cegos e dos oficiais ao longo da fronteira. Também se criaram outros órgãos de controle para agir principalmente no corredor migratório na chamada fronteira vertical. Essas medidas culminaram com a crise no sistema migratório.

Todavia, a situação geográfica do México é considerada, pelos migrantes da América Central, como país de trânsito, para realizar a travessia para chegar aos Estados Unidos (HERNÁNDEZ, 2015). Devido a isso, o governo norte-americano investe na política de segurança nacional junto ao México. Na década de 1990, momento em que os países da América

Central viviam o processo de transição democrática, época em que o México passa de espaço de refúgio para muro de contenção, isso ocorrendo com enorme custo em matéria de direitos humanos.

Com base nos dados do Instituto Nacional de Migração (HERNÁNDEZ, 2015), o número de crianças e de adolescentes que entram na rede central Hostels do Sistema Nacional de Desenvolvimento Integral Família (DIF-SN), na condição de não acompanhado e o volume de apreensões nesse grupo populacional, feita pelo aparelho de controle de imigração dos Estados Unidos, se aproxima do volume de menores repatriados para seus países de origem. Em 2012 conseguiram entrar no país através do México cerca de 10.146 crianças e adolescentes da América Central, quantidade que dobrou em 2013 para 20.805 detenções e, em 2014, atingiu um recorde de 51.705 detenções. De acordo com Martins (2009, p. 10), “[...] É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem [...]. Na fronteira, o homem não se encontra – se desencontra”.

Para atingir a fronteira norte do México, os adolescentes utilizam como meio de transporte o trem de carga conhecido como "The Beast". Esse tipo de transporte representa um grave perigo de acidentes, além de, ao redor do comboio, existir uma estrutura criminosa destinada a explorar, de diferentes maneiras, esses migrantes (sequestro, extorsão, estupro, assalto à mão armada, exploração e morte). Então, quando conseguem atingir o norte do México, encontram uma fronteira geopolítica que parece intransponível pelos aparelhos de controle das fronteiras dos Estados Unidos (HERNÁNDEZ, 2015; SOLÍS; AGUILAR, 2015).

Pois então “[...] toda sociedade mostra sempre, em algum lugar, as formalidades a que suas práticas obedecem” (CERTEAU, 2008, p. 83). Os filtros para adolescentes, conseqüentemente, não são apenas dados pelas políticas da União Americana de Controle de Fronteiras, mas pela própria América Central. Quanto a esses adolescentes, a sua condição de "não acompanhado", a sua pobreza, a sua falta de capacitação para o trabalho, a proficiência limitada em Inglês e a sua condição social, tudo isso faz com que os adolescentes da América Central busquem repetir a estratégia de mobilidade desenvolvida no México, independentemente das diferenças socioeconômicas e culturais entre os dois países. Se, com essas estratégias, em 2012 esses migrantes conseguiram ultrapassar a fronteira entre México e Estados Unidos, já em

2014 são detidos. Assim, os migrantes encontram-se “[...] um dia móveis, outro imóveis, mas sempre submetidos à regra de acumulação do capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 39).

Os adolescentes constaram ser a fronteira sul do México uma fronteira porosa para a entrada, mas seletiva dentro da clandestinidade, uma vez que é necessário ter um mínimo de recursos monetários para pagar para a entrada e a "permissão" para continuar em trânsito, taxas que são cobradas tanto por grupos criminosos quanto por funcionários corruptos (HERNÁNDEZ, 2015). Por outro lado, a fronteira norte se destaca como uma parede, sem concessões à condição de menor de idade, à pobreza e à falta de documentos. Assim, os retidos, ao tentarem cruzar a fronteira para os Estados Unidos, ou permanecem por ali na fronteira mesmo ou acabam retornando para algum lugar ao longo do caminho. Esses migrantes “sentem-se abandonados aos próprios recursos – bastante insuficientes – e à própria iniciativa – muito desordenada” (BAUMAN, 2005, p. 53).

A crise da migração registrada em 2014 pela presença de crianças e de adolescentes migrantes na condição de desacompanhados expôs a verdadeira face da política de imigração dos Estados Unidos e do generoso apoio dos governos do México e do Triângulo Norte de países da América Central (Guatemala, Honduras e El Salvador), que se revela em deportações (SOLÍS; AGUILAR, 2015). Efetivamente, “[...] essas *táticas* desviacionistas não obedecem à lei do lugar, é preciso, portanto, especificar esquemas de operações” (CERTEAU, 2008, p. 92). Assim, o governo norte-americano, para resolver a crise de imigração, transfere para o México e para outros países da América Central, principalmente para Guatemala, El Salvador e Honduras, a responsabilidade primária para restringir a passagem de migrantes.

As travessias dos adolescentes são carregadas de táticas e a própria travessia é utilizada como último recurso para sair da realidade hostil, agressiva e invasiva a que estão submetidos em seus países de origem. No percurso, sofrem repressão e punição sem fazerem parte da criminalidade nem da delinquência. Eles pagam um alto preço pelo sonho americano, pagam sem sequer usufruir dele, pois muitos são deportados, tratados como mercadoria descartável, material inservível, por não terem dinheiro, formação, domínio da língua... Há os que pagam, inclusive, com a própria vida.

A realidade hostil criada nos espaços de origem dos migrantes no processo imperialista de exploração pelo capital gera instabilidade política e humanitária, crimes de guerra e

inacessibilidade aos serviços mais básicos, o que leva as pessoas a deixarem seus países em busca por sobrevivência.

Em decorrência, os fluxos migratórios provenientes da Síria, de Gana e da República Democrática do Congo ao Brasil são caracterizados, por estudos já bem desenvolvidos, como migração por sobrevivência: (i) os congolezes, por viverem em profunda instabilidade política e humanitária, após a República Democrática do Congo enfrentar duas guerras; (ii) os sírios, por enfrentarem crimes de guerra, e a população perde o acesso aos serviços mais básicos, sendo que a Síria é dividida tanto politicamente quanto religiosamente e atualmente está em guerra civil; (iii) os ganeses, por sofrerem com vulnerabilidades não destacadas em acordos internacionais, como tráfico de pessoas, trabalho escravo em países de destino e fácil aliciamento para entrarem em tal situação (CORRÊA et al., 2015).

Vislumbra-se que, embora, esses fluxos se encaixem na categoria de sobrevivência, também revelam a exploração imperialista¹¹, cujas relações estabelecidas produzem as fronteiras pela produção da inferioridade. Para tanto, são utilizadas estratégias como a guerra, a escravatura, o racismo, a desqualificação, a transformação do outro em objeto ou recurso natural e a imposição cultural, como já mencionado anteriormente.

Relações imperialistas contemporâneas também atingem o Brasil, ao participar do imperialismo como local de escoamento de capitais de Estados imperialistas centrais. Trata-se de investimentos que entraram no país com a justificativa de modernização. O imperialismo na atualidade, como descrito por Virgínia Fontes, é uma nova forma de capital financeiro na qual o capital monetário predomina quanto ao capital funcionante. Essa forma de investimento já existia anteriormente por meio dos bancos, contudo atualmente aumentaram as formas de se investir dessa maneira — são fundos financeiros diversos que são credores e investidores de indústrias e de outras que de fato geram a mais-valia. E isso ocorre, muitas vezes, simplesmente por o capital cruzar a fronteira, pelo câmbio entre moedas. Esse processo coloca o Estado brasileiro com estratégias hegemônicas de dominação econômica e política sobre Estados vizinhos, estes com

¹¹ No contexto inglês, a palavra ganha exposição a partir dos anos 70 do mesmo século XIX, em meio às pretensões da coroa em criar um império unificado “civilizador”, onde o europeu tinha o “fardo” de instruir os povos atrasados do mundo.

menor capacidade de participação capitalista em âmbito mundial, principalmente por meio da influência econômica do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O Brasil, no contexto imperialista, passou a receber investimentos de capitais estrangeiros a partir dos anos 1950, principalmente após o governo do presidente Juscelino Kubitschek, porém vale colocar que, antes dessa massiva entrada de capitais, havia investimentos anteriores, só que de modo pontual. A entrada de multinacionais no Brasil era uma fonte rentável, uma vez que, segundo Paul Singer, as maiores taxas de lucro de algumas empresas estadunidenses eram no Brasil da época do milagre econômico. A partir dos anos 1970, as empresas brasileiras passam a atuar no exterior. O investimento em capital constante fica maior que o capital variável, o que leva os investimentos a serem deslocados além de sua fronteira nacional. No caso, países latino-americanos de menor expressão capitalista passam a ser explorados duas vezes, uma pelos países centrais e outra pelos países subdesenvolvidos chamados hoje de emergentes.

Diante dessa prerrogativa, em estudos realizados sobre o quinquênio 1995/2000 (SOARES; LOBO-MATOS, 2015), o Brasil recebeu 43.644 imigrantes e, no quinquênio 2005/2010, passou a 268.295. De acordo com os autores, essa mobilidade espacial, vista sob a ótica de dados recentes sobre os fluxos migratórios internacionais (contexto do Mercosul), dá margem ao entendimento de que o Brasil ampliou as oportunidades de inserção da força de trabalho no mercado laboral e abriu possibilidades de investimentos empresariais, o que favoreceu a imigração e, em certa medida, inibiu a emigração. Ao mesmo tempo, no entanto, também revela a mão imperialista dos Estados Unidos e da União Europeia sobre o protagonismo imperialista de segunda ordem, exercido pelo Brasil no contexto da América Latina, inclusive no sentido de absorver o contingente migratório que poderia seguir o fluxo rumo àqueles espaços de produção econômica. Percebem-se, nesta feita, “[...] *repertórios de esquemas de ação* entre parceiros [...] esses memorandos ensinam as táticas possíveis em um sistema dado” (CERTEAU, 2008, p. 84, grifos do autor).

Ao término das descobertas imperiais resta, assim, a construção de uma nova racionalidade imperialista, a flexibilização dos processos produtivos. De acordo com Becker (1999), a pesquisa é desenvolvida nos países industrializados, enquanto a produção é executada nos países emergentes. Valoriza-se, nesse processo, a capacidade de produção, circulação e consumo. Para Certeau (2008, p. 98, grifos do autor), “[...] as práticas do consumo são os

fantasmas da sociedade que leva o seu nome”. Nesse sentido, esse mesmo fantasma mobiliza, na atualidade, os fluxos populacionais em direção aos centros produtivos. Neste caso, as fronteiras se apresentam ao capital como expressão de integração, porém como filtro seletivo da força de trabalho e como limite a uma parcela significativa da população global, que se encontra desprovida da capacidade de produção e de consumo desenvolvida pelos países centrais — fenômeno que gera também a *imobilidade*.

Na dinâmica de exclusão-exclusão e de inclusão-excludente, os “[...] indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’” (CERTEAU, 2008, p. 41-42), acabam por serem tratados como “cidadãos de segunda classe” ou “não cidadãos”. Nesse sentido, “[...] ao se tornar o bode expiatório para a crise de governabilidade, o migrante acaba tendo sua condição ainda mais fragilizada, pois acaba se deparando com legislações que tornam mais duras as restrições territoriais de ingresso, de circulação e de permanência (HAESBAERT, 2010, p. 248). E “[...] para os que caem fora do sistema funcional [...] sua voz não é mais ouvida, com frequência ficam literalmente mudos” (BAUMAN, 2005, p. 53). Deviam, no entanto, ser vistos, ouvidos e recebidos como vítimas de um sistema imperialista que há séculos vem desenvolvendo estratégias que partem da perspectiva de “nossos” interesses, cujas fronteiras se estabelecem pela produção da inferioridade e negam os interesses do outro.

4 OS TEXTOS JURÍDICOS DA MOBILIDADE: PRETEXTOS DE UMA POLÍTICA HEGEMÔNICA IMPERIALISTA GLOBAL

A figura do imigrante ilegal surge, em termos mundiais, nos processos de flexibilização dos mercados de trabalho e das economias, a partir da década de 1970 (MEZZADRA, 2015). Analisando-se esse fenômeno, o corpo estrangeiro do migrante ilegal não é uma mera figura da exclusão, é, antes de tudo, um processo ativo de inclusão através da ilegalização. Esse aparecimento, a do imigrante clandestino, tem conduzido à negação do próprio direito a ter direitos (ARENDDT, 2010).

Os Estados nacionais classificados como desenvolvidos, nessa lógica, têm imposto restrições sobre os direitos econômicos, sociais e políticos dos “não cidadãos” (MAZZA, 2015).

Por consequência, aos migrantes, ao buscarem novas territorializações no espaço concreto, lhes é recusado legalidade (SILVA; OLIVEIRA, 2015). Essa negação recai especialmente sobre os que se encontram em circunstância irregular. As atividades laborais a eles destinadas são difíceis, perigosas e insalubres, mal pagas, desvalorizadas e depreciadas pela sociedade, e estariam, nesse caso, indicando o lugar social reservado a esses estrangeiros (“não cidadãos” e “cidadãos de segunda classe”), indesejados socialmente, porém necessários economicamente para a reprodução do capital.

A condição de cidadão de segunda classe, e de não cidadania, é imposta aos migrantes irregulares por um conjunto de mecanismos de poder, numa relação de controle e dominação. Ocorre, pois, que “[...] as diferenças explicam as desigualdades de fato e reclamam a desigualdade (legítima) de direito” (PIERUCCI, 1999, p. 19). Essa temática sobre discurso oficial e a realidade da prática política e jurídica nas questões da migração “ilegal” e os direitos humanos permeia o debate da mobilidade humana e da migração na contemporaneidade.

Nessa discussão inclui-se a Diretiva 2008/115/CE, aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia (UE) em 16 de dezembro de 2008. Esse documento alinha e aprofunda um conjunto de normas e de procedimentos comuns nos Estados membros para o retorno dos nacionais de países terceiros em situação irregular. De acordo com essa política, os migrantes considerados “ilegais” podem não ser úteis ao capital permanecendo nos países centrais onde se desenvolve uma economia de ponta, mas podem ser vantajosos ao sistema em seus espaços de origem. Levam-se em conta, nessa análise, as diretrizes disseminadas pelos organismos internacionais como procedimentos e estratégias para uma boa governabilidade, a inserção de políticas públicas.

Assim, os Estados (países terceiros) implementam suas ações para atender a essa população por meio de políticas públicas (saúde, educação, saneamento...), sendo para isso necessário contrair empréstimos junto ao Banco Mundial. Esse processo pode convalidar a exploração de riquezas naturais dos países subdesenvolvidos ou emergentes para exportação, aos países centrais, com o intuito de gerar divisas para pagar a dívida contraída nos empréstimos para o desenvolvimento dessas políticas públicas (FRASSON, 2014). Com um pouco mais de ousadia é possível afirmar que, para o sistema capitalista, não existem nem limites nem fronteiras. De fato, tanto os limites quanto as fronteiras se constituem em estratagemas do poder, estratagemas

que, pela sua manutenção, permitem que o atual sistema imperialista, exercido pelos Estados que constituem os grandes centros econômicos, continue acumulando capital perversamente e explorando os demais Estados por meio do então domínio financeiro.

A decisão de colocar a migração a serviço dos interesses econômicos e acima dos direitos humanos “[...] nos leva a concluir que as políticas de Direitos Humanos estiveram em geral a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos” (SANTOS, 2009, p. 14). Isso assim é porque os países signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, são hoje partidários das Diretivas 2008/115/CE e 2009/50/CE) (MAZZA, 2015). Essa inclinação reflete a tendência mundial para uma perspectiva mais fechada, excludente e restritiva de governabilidade do direito humano à mobilidade. Trata-se de uma política comum de expulsão, detenção, penalização e criminalização. É, pois, uma perspectiva que ignora a possibilidade de uma política sobre migração, admissão ou integração. À vista disso, basicamente, neste início do século XXI, o foco de preocupação é expulsar o sujeito que cruza as fronteiras, principalmente ao se tratar dos grandes centros econômicos mundiais, como Estados Unidos e União Europeia.

A carta dos direitos fundamentais da União Europeia concede direitos apenas aos cidadãos membros efetivos desse espaço. Compreende-se, dessa maneira, que a ausência de conteúdo migratório se constitui uma medida restritiva à imigração. Assim como os países da União Europeia, outras nações, inclusive o Brasil, têm apresentado medidas restritivas de governabilidade do direito humano à mobilidade, visto que o Brasil concedeu respostas diferentes para fluxos distintos: os haitianos receberam visto humanitário¹² — uma providência oficial *ad hoc*, ao passo que os sírios foram reconhecidos *prima facie* como refugiados; os congolezes têm seus pedidos de refúgio verificados caso a caso e, por outro lado, os senegaleses, em sua maioria, são considerados migrantes econômicos (CORRÊA et al., 2015). Por conseguinte, ao ficar de fora, também ele, o migrante, configura a própria fronteira (HALL, 2000).

¹² O visto humanitário nivela a todos na mesma condição de migrantes laborais em busca de trabalho (SILVA, 2015). Isso revela que, enquanto uma nova legislação e uma nova política de migração fundadas na perspectiva dos direitos humanos não forem aprovadas e implementadas, os imigrantes poderão estar sujeitos aos reveses de ações governamentais fragmentadas e de caráter emergencial, obscurecendo, dessa forma, o caráter humanitário que tais políticas de acolhimento pretendem ter.

Assim, a cidadania permanece, no limite, refém de um modelo territorial que privilegia a integração sobre a mobilidade. Nesse sentido, Mezzadra (2015) evidencia tornar-se necessário desenfatizar o foco na cidadania — elemento característico de muitos estudos contemporâneos sobre a migração — com o intuito de abrir um espaço conceitual para testar a combinação de diferentes ângulos de perspectiva tendo em vista deslindar as questões em jogo e as tensões relativas que compõem hoje a experiência migratória.

Trazer à tona as tensões que residem entre processos de integração e práticas de mobilidade permite destacar, no contexto desta discussão, alguns instrumentos jurídicos de abrangência internacional: (i) o Estatuto do Refugiado, criado na Convenção de 1951 e (ii) o protocolo de 1967, estes foram criados visando proteger os deslocados da Segunda Guerra Mundial; em 1974 convencionou-se estender o conceito de refugiado, através da Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA), para atender os refugiados no continente africano, consequência do fim da era colonial naqueles territórios. Trata-se de um compromisso internacional de dar proteção às pessoas vítimas de perseguição em razão de sua nacionalidade, raça (ou etnia), sexo, religião, grupo social ou opiniões políticas. Na América Latina, por sua vez, cria-se a (iii) Declaração de Cartagena, em 1984, no momento em que diversos países da América Central e o Chile passavam por ditaduras nas quais houve vários conflitos armados que provocaram mais de 2 milhões de deslocamentos para países da mesma região (América Latina), EUA e Canadá; (iv) a Lei Federal nº 9.474, de 1997, no Brasil, foi criada sob o espírito da Declaração de Cartagena. Essa lei brasileira reconhece como refugiados todos aqueles que se encontram em um território marcado por situação de grave e generalizada violação dos Direitos Humanos.

O aumento do número de solicitantes de asilo, a diversificação e a ampliação jurídica da categoria de refugiado e a paralela evolução em sentido restritivo das políticas migratórias acabaram tornando cada vez mais difícil traçar uma linha clara de distinção entre solicitantes de asilo e migrantes econômicos (MEZZADRA, 2015). Em decorrência, “Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência” (PIERUCCI, 1999, p. 158).

Na região sul-americana, o discurso tem se transformado em um exemplo inovador em matéria de imigração, mas, em contrapartida, têm dado apenas um pequeno passo prático, pois as

estruturas restritivas de direitos continuam presentes na legislação em vigor. O novo discurso, considerado como mudança de paradigma, tem sido enunciado por governos de esquerda e de centro-esquerda de seis países sul-americanos — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Uruguai (ARCARAZO; FREIER, 2015). Esses países podem ser divididos entre os que já adotaram nova legislação — Argentina, Bolívia e Uruguai e aqueles que ainda estão engajados na discussão de novas propostas — Brasil, Chile e Equador.

O Acordo de Residência do Mercosul e as novas leis e propostas nos seis países tomam como ponto central a situação dos imigrantes em situação irregular, tanto regionais como fora da região, e seu potencial para a regularização e acesso à igualdade de direitos. Nesse sentido, o direito humano à migração é uma novidade dentro de uma perspectiva que enfatiza o direito de migrar sem que os migrantes sejam presos e deportados, portanto com acesso a direitos independentemente da nacionalidade. Arcarazo e Freier (2015) evidenciam que esse discurso é uma forma de criticar certas leis dos EUA e da União Europeia (UE), como a chamada Diretiva de Retorno, da União Europeia.

Sob a perspectiva imperialista, da fusão do capital bancário com o capital industrial, e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira (LENIN, 2011), evidencia-se a orientação desses centros econômicos de poder (Estados Unidos e Europa) destinada ao Mercosul (Mercado Comum do Sul) no sentido de flexibilizar as leis migratórias na América Latina como forma de contenção do fluxo de pessoas àqueles países. No sentido de corroborar essa assertiva, torna-se necessário levar em conta fatores como: (i) o aumento significativo da emigração de cidadãos sul-americanos para os Estados Unidos e para países da Europa no início da década de 2000, época que coincidiu com a crise econômica na região; (ii) o pedido de regularização pelos migrantes sul-americanos, rejeitado pelos EUA e EU. O Acordo de Residência do Mercosul, em 2002, apresenta, no discurso, como principal objetivo acabar com o *status* ilegal de cidadãos sul-americanos que vivem em outros países e a necessidade de introduzir novos elementos na agenda regional para relançar o processo de integração internacional.

Enquanto o discurso oficial e a realidade da prática política e jurídica nas questões da migração “ilegal” e os direitos humanos permearem o debate, nessa medida se poderá evidenciar como os Estados nacionais e os grupos econômicos se posicionam frente à atual problemática da

migração na contemporaneidade, onde a moeda, segundo Simmel, “[...] nos proveu a única possibilidade de unir pessoas e, ao mesmo tempo, excluir tudo que é pessoal e específico” (SIMMEL, 1978, p. 345). Por conseguinte, a cidadania apresenta-se como um conceito confinado e distante do palco nos debates sobre a relação entre cidadania e fronteiras, substituído pelo sujeito que atua contra, questionando e transgredindo as fronteiras (MEZZADRA, 2015).

Ainda para Mezzadra (2015), compreender a complicada inter-relação material entre cidadania e capital¹³, fronteiras e lutas, permite evidenciar que a cidadania continua sendo uma respeitável possibilidade teórica e política através da qual é possível analisar as formas de sujeição que afetam os migrantes quanto a suas práticas de subjetivação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados nacionais do mundo capitalista central, ao tornarem seletivas as fronteiras aos sujeitos (migrantes que procuram melhores condições de vida), buscam, por meio de relações imperialistas, a manutenção da acumulação de capital e a hegemonia. Assim procedem para se manterem em constante expansão econômica, a fim de não perderem o poder que os coloca em vantagem de troca internacional com as demais nações.

Por conseguinte, as relações verticais entre países apresentam-se, então, na atualidade, além da acumulação de capital, também como fator de mobilidade humana transfronteiriça, pois as práticas de produção e de consumo mobilizam os fluxos populacionais na direção aos centros produtivos, ou seja, na direção de países classificados como desenvolvidos ou, secundariamente, na direção dos classificados como emergentes. Esses fluxos também se dirigem aos países que desenvolvem políticas públicas para diminuir as diferenças e as desigualdades nos índices de desenvolvimento humano (IDH). Por consequência das medidas estruturais adotadas por essa política econômica, as imigrações passaram, recentemente, à categoria de problema social.

No sistema imperialista, fatores que se apresentam como inúmeras possibilidades de escolha para alguns, esses mesmos fatores são sonho impossível para a maioria da população.

¹³ O capital não é uma “coisa”, por um lado, porque é função de todo um sistema de relações (sociais) que se formam e desenvolvem sobre a base de um determinado modo (histórico) de organizar a produção e a reprodução do viver.

Entre esses dois extremos, existem os que resolvem arriscar, para sair da realidade hostil, agressiva e invasiva a que estão submetidos em seus países de ascendência.

Os migrantes não documentados se submetem à intermediação de *coyotes* e aos mais diversos tipos de abusos e violações para ultrapassar a fronteira, chegando ao ponto-limite da sua condição — a corrosão da dignidade humana. A vulnerabilidade encontra-se presente nas rotas adotadas por esses migrantes, da submissão à exploração e à violência, com riscos à saúde e à integridade física. No percurso, sofrem repressão e punição sem fazerem parte da criminalidade nem da delinquência, pois migrar é um direito. Pagam um alto preço pelo sonho de uma vida melhor sem sequer usufruir dela, já que muitos são deportados, tratados como mercadoria descartável, material inservível, por não terem dinheiro, formação, domínio da língua do país de destino. Como já acima dito, há os que pagam, inclusive, com a própria vida.

Embora esses fluxos se encaixem na categoria de sobrevivência, também revelam a exploração imperialista, cujas relações estabelecidas produzem as fronteiras pela produção da inferioridade. A fronteira transforma-se em limite a essa parcela da população global, que se encontra desprovida da capacidade de produção e de consumo desenvolvida pelos países centrais, que é o fenômeno que gera tanto a mobilidade, quanto a imobilidade. Trata-se, então, de limite marcado pelas novas formas de exploração e de exclusão na política de expansão do capital, que retira dos países de origem desses migrantes o acesso aos bens necessários à sobrevivência cotidiana do indivíduo e cerca os espaços onde se encontram os processos produtivos atuais.

Nesse caso, a fronteira revela-se como subterfúgio e expediente político do poder, em função das relações imperialistas dominantes no cenário internacional praticadas entre os Estados nacionais centrais e periféricos. Assim, os dois processos de globalização, a “vinda de cima” (econômica), e a “vinda de baixo” (fluxos migratórios), instituem zonas de conflitos entre projetos e interesses de classes, ou seja, entre os que dominam o mercado financeiro e os direitos humanos dos indivíduos que se movem entre as fronteiras.

Nessa conjuntura, ao analisar o fenômeno do corpo estrangeiro — migrante ilegal — este não é, pois, simplesmente uma figura da exclusão. É, antes de tudo, um processo ativo de inclusão/exclusão através da ilegalização. O aparecimento do clandestino tem conduzido à negação do próprio direito a ter direitos, a uma “cidadania de segunda classe”, ou mesmo a uma “não cidadania”. Eis a estratégia utilizada pelo processo político-econômico-ideológico

denominado nesse estudo de imperialismo, processo de relações e de inter-relações centrado na manutenção da acumulação progressiva de capital e da hegemonia.

6 REFERÊNCIAS

ARCARAZO, Diego Acosta; FREIER, Luísa Feline. Discursos y políticas de inmigración em Sudamérica: ¿Hacia un nuevo paradigma O la confirmación de una retórica sin contenido? REMHU - **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 171-189, jan./jun. 2015

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARALDI, Camila Bibiana Freitas. **Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana**. São Paulo - Universidade de São Paulo - Instituto de Relações Internacionais, 2014 (Tese de Doutorado).

BARATA-MOURA, José. **Materialismo e subjetividade: estudos em torno de Marx**. Lisboa: 1997.

BAUMAN, Zygmum. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, Bertha. “**Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia**”. Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 1999.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Manual do candidato: geografia**. Brasília: FUNAG, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando de Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 35-351.

CORRÊA, Mariana Almeida Silveira; NEPOMUCENO, Raísa Barcellos; MATTOS, Wesley H. C.; MIRANDA, Carla. Migração por sobrevivência: soluções brasileiras. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 83-98, jan./jun. 2015.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras.** Trad. Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Estampa, 1977.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAAL, Stuart. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz T. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2013. 201 p.

HERNÁNDEZ, Aída Silva. Estratégias de trânsito de adolescentes centroamericanos independentes: enfrentando la frontera vertical en México. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 99-117, jan./jun. 2015.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal / Lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo/apresentação de Plínio de Arruda Sampaio.** Unicamp, 2011.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MÁRMORA, Lélío. Políticas migratórias consensuadas em América Latina. In: **Revista Estudos Migratórios Latinoamericanos**, nº 50, Buenos Aires: Celma, abr. 2003.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

MAZZA, Débora. O direito humano à mobilidade: dois textos e dois contextos. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 237-257, jan./jun. 2015.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 11-30, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaarianas na Espanha e haitiana no Brasil. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 135-155, jan./jun. 2015.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Redes geográficas" – **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/redes-geograficas.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **As ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Khedir Ed., 2011.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades urbanas** – um olhar para o Norte Central Paranaense. São Paulo, Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia, 1998. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim das descobertas imperiais**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/27_boaventura2.html>. Porto Alegre, 2007. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos, DHNET**, nº 2, p. 10-18, jun. 2009.

SILVA, João Carlos Jarochinski. OLIVEIRA, Márcia Maria de. Migrações, fronteiras e direitos na Amazônia. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 157-169, jan./jun. 2015.

SILVA, Sidney Antônio da. Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos? **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 119-134, jan./jun. 2015.

SIMMEL, Georg. **The philosophy of money**. Tradução de Thomas Bottomore e David Frisby. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1978.

SOARES, Weber; LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil - 1991/2010. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 191-205, jan./jun. 2015.

SOLÍS, Daniel Villafuerte; AGUILAR, María del Carmen García. Crisis del Sistema Migratorio y Seguridad en las Fronteras Norte y Sur de México. **REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, nº 44, p. 83-98, jan./jun. 2015.

Submetido em: 15/04/2016

Aceito em: 31/05/2016